

OESP
18/5/97 A12 e A13

AMAZÔNIA, PARAÍSO

Com o sonho de ampliar o poder regional, baseado em negócios e política, o governador Amazonino Mendes desembarca amanhã em Brasília sob suspeita de envolvimento com a compra de votos a favor da reeleição

JOSÉ CASADO

Misturando política com negócios, ele construiu fortuna e um sólido condomínio eleitoral nas duas margens do Rio Amazonas. Seu poder tornou-se perceptível em boa parte do Norte do País — muito além da fronteira do Amazonas, o Estado que governa. Com uma teia de acordos políticos e negociais, tecida nos dois anos em que seu Orçamento mais que triplicou, ele passou a influir também sobre as bancadas parlamentares do Acre, Rondônia e Roraima.

Até a semana passada, Amazonino Mendes, de 56 anos, era uma peça-chave do Planalto e do PFL na definição de maiorias nos plenários da Câmara e do Senado. Sobre tudo, nas votações de emendas constitucionais, como a que abriu caminho para a reeleição do presidente Fernando Henrique. No mapa do PFL, representava a conquista do Norte — um "sonho", definiu o líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), em fevereiro, durante a cerimônia de filiação do governador amazonense e seus aliados.

Mas as revelações sobre a compra de votos no Congresso colocaram sob suspeita Amazonino seu grupo político, no qual se destaca Orleir Cameli, o governador do Acre que no ano passado conquistou fama por envolvimento com contrabando, corrupção e falsificação de documentos.

Surpreendido pelas denúncias, Amazonino interrompeu uma viagem que fazia pela Rússia e Ucrânia e deve desembarcar em Brasília amanhã. Prevê-se para horas depois a divulgação de um relatório da comissão de sindicância da Câmara confirmando "corrupção ativa e passiva" na votação da emenda da reeleição, com base nas declarações gravadas de dois parlamentares do Acre.

A comissão pretende sugerir à Câmara a cassação dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, considerados réus confessos. Nas fitas, eles delatam os governadores Amazonino e Cameli como agentes corruptores, indicando-os como representantes do ministro da Comunicações, Sérgio Motta. Esses deputados, recém-expulsos do PFL, integravam a facção de Cameli, que ampliou a fronteira de seus negócios a partir de uma associação política com Amazonino.

O governador do Amazonas é um privilegiado entre seus pares. Nenhum governante, com exceção do presidente Fernando Henrique, foi tão beneficiado pelo Plano Real quanto ele no exercício do poder. O real fez disparar o consumo nacional de aparelhos eletroeletrônicos, cujo centro de produção está na Zona Franca de Manaus. Resultado: a receita estadual mais que triplicou nos últimos 34 meses.

Em 1994, o governo amazonense já era uma potência regional, com uma arrecadação de R\$ 600 milhões. No ano passado, recolheu aos cofres nada menos que R\$ 2 bilhões em tributos.

Essa base econômica é ampliada pelo controle e influência do seu grupo político sobre a coluna de despesas dos outros dois maiores orçamentos públicos do Amazonas — o da prefeitura de Manaus, que mantém há duas eleições, e o da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), agência federal com receita própria (R\$ 105 milhões), na qual seus aliados ocupam cargos-chave.

Na eleição municipal de outubro, Amazonino deu uma demonstração da sua força política, assentada em cofres públicos recheados de recursos. Com uma única agência de propaganda (Oana), gastou R\$ 6 milhões em publicidade. Usou soldados do Exército para distribuir 40 mil cartões eletrônicos com a inscrição "Direito à Vida" — cada cartão dá ao portador o direito de sacar R\$ 30,00 por mês do Banco do Estado do Amazonas (Basa).

Com artifícios assim, garantiu a continuidade de seu poder na prefeitura de Manaus, elegendo um ex-assessor, Alfredo Nascimento, que já empregara no comando da Suframa. E deu respaldo a mais da metade dos 60 candidatos eleitos no interior do Estado, além de contribuir para campanhas de alguns aliados no Acre e Rondônia.

O dinheiro sobrando no caixa ex-cônego Amazonino à execução de um projeto de poder além-fronteira: saiu a

campo trabalhando na montagem de um condomínio político que, sob sua influência, somaria forças de governantes e respectivas bancadas parlamentares no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Chegou ao requinte de projetar a criação de uma agência regional, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Essa agência substituiria a Suframa e a Sudam, teria jurisdição, poderes e um orçamento anual próximo de R\$ 500 milhões, a partir de taxas sobre importações industriais e da administração de incentivos fiscais.

Ela teria duas características políticas: a do pleno poder de veto dos governadores — que não existe na Suframa; e a cisão na estrutura atual da Sudam, demarcando fronteiras dos grupos comandados por ele e pelo ex-presidente José Sarney, senador pelo PMDB do Amapá.

Delírio — Para alguns dos adversários, trata-se de um delírio amazônico. "Ele está alucinado pelo poder", define Serafim Corrêa, líder do PSB, derrotado por Amazonino na disputa pela prefeitura de Manaus. "Mas o pior é que esse projeto de poder torna-se factível para quem não rasga dinheiro e tem um caixa enorme à disposição, como o que possui no momento."

O realismo dessa ambiciosa empreitada política explica-se não só pela força econômica que a impulsiona, mas também pelo quórum baixo de eleitores que cada parlamentar precisa para se eleger na Região Amazônica. Exemplo: no Acre, o campeão de votos é o deputado Ronivon Santiago. Seu mandato de deputado federal, prestes a ser cassado, foi conquistado com 6.960 votos — 30 vezes menos que os votos obtidos pelo deputado Celso Russomano, o mais votado em São Paulo em 1994.

Foi na engenharia dessa operação de poder regional que, nos bastidores,

Amazonino estreitou laços com Cameli, seu amigo há três décadas. Desde o Real, quando a receita do Amazonas começou a multiplicar, a empreiteira da família Cameli passou a colecionar obras do governo do Amazonas e da prefeitura de Manaus.

Nas concorrências para obras federais, em que o Tesouro amazonense entra com metade do captação habitual com cotas equivalentes a 10% do valor das obras. Em 1995, faturou cerca de R\$ 20 milhões apenas com obras estaduais sem licitação.

Na biografia de Amazonino, empreiteiros sempre tiveram destaque. Especialmente Otávio Raman Neves, acionista de algumas das empresas mais atuantes da Amazônia, como a Exata, Capa, Salvador e Econcel, entre outras. Com apenas duas dessas empresas (Capa e Exata), Neves ganhou mais de R\$ 61 milhões do governo estadual em 1995. Com uma outra (Econcel) somou mais R\$ 19,6 milhões, sem licitação. Entre suas propriedades em Manaus está a mansão usada pelo governador como residência, que tem uma ilha particular nos fundos.

Na constelação de empreiteiros que giram em torno do governo Amazonino destacam-se, ainda, as empresas ligadas ao deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), acusado de intermediação na compra de votos no Congresso, do secretário da Fazenda, Samuel Hanan, e do deputado federal Átila Lins.

Partilha — A gerência na partilha dos orçamentos públicos é o sedimento das relações de Amazonino com os aliados. Sua ambição por um projeto de poder político regional o levou a avançar na direção do Acre, Rondônia e Roraima. Acabou topando com deputados como os acreanos Ronivon Santiago e João Maia, que nas conversas gravadas o expõem na posição de comprador de votos na Câmara, representando o ministro Sérgio Motta.

A rota do dinheiro que os deputados do Acre confessaram ter recebido pode ser ilustrativa de como funcionava a engrenagem dos negócios e da política impulsionada pelo governador do Amazonas. Para pagar os deputados, segundo contam nas gravações, a empreiteira do governador do Acre recebeu R\$ 400 mil repassados por outra empreiteira, a Planaterra, que realiza obras em Cruzeiro do Sul (AC).

O IMPÉRIO DO NORTE

Os principais personagens do grupo político comandado pelo governador do Amazonas



Amazonino Mendes (PFL)

O governador é o chefe do grupo político mais influente da Amazônia, com força econômica expressiva em função da Zona Franca de Manaus e ligações estreitas com o grupo capitaneado pelo ex-presidente José Sarney. Amazonino é um dos homens mais ricos do Amazonas.

Orleir Cameli (sem partido)

Amigo de Amazonino há mais de 30 anos, o governador do Acre é dono de duas empresas (Marmud Cameli e Conave Ltda.) que faturaram em obras no Amazonas, apenas em 1995, R\$ 18 milhões. Destes, R\$ 16,9 milhões foram arrecadados sem licitação, segundo ações que tramitam no Ministério Público.



Gilberto Miranda (PFL)

Em 1992, Miranda ganhou a vaga deixada por Amazonino no Senado. Em troca, financiou parte da campanha dele à prefeitura de Manaus. É outro empresário rico e atua como um dos articuladores de Amazonino no governo federal.

Pauderney Avelino (PFL)

Era vice-líder do governo na Câmara, na época da aprovação da emenda da reeleição, quando ainda era do PPB. Atua também como intermediário entre o governador do Amazonas e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, além do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Átila Lins (PFL)

Por conveniência, o deputado é um aliado de Amazonino, mas não tem sua confiança. Sua família é dona da empreiteira Planecom em Manaus e exerce forte influência no Judiciário local.

Alfredo Nascimento (PPB)

Atualmente é prefeito de Manaus e tem maioria na câmara municipal. Assumiu a Suframa em 1990, mas quem mandava era Amazonino. Depois foi secretário da Fazenda e vice-governador.



Samuel Hanan

Foi alto executivo do Grupo Parapanema até 1994, quando ingressou no governo de Amazonino para ocupar a Secretaria da Fazenda. A empreiteira faturou em 1995, com obras do governo, R\$ 17,5 milhões. Hanan foi indicado duas vezes para ocupar a Suframa, sem sucesso.

Otávio Raman

O empreiteiro é dono das empresas Exata e Capa. É amigo pessoal e dono da mansão onde mora Amazonino Mendes. A propriedade é tão grande que inclui uma ilha particular. Em 1995 as empresas faturaram mais de R\$ 61 milhões em obras do governo.

ZONA FRANCA DE MANAUS É CANAL PARA AMPLIAR FORÇA NA REGIÃO

ALVOS DE INVESTIGAÇÃO

Os deputados federais citados no escândalo da venda de votos para a aprovação da reeleição



Ronivon Santiago (PFL)

José Edmar Santiago de Melo é o verdadeiro nome de Ronivon, que recebeu este apelido porque tinha cabelo comprido, numa alusão ao cantor homônimo. Ele obteve 6.965 votos pela coligação PPR-PP e está no terceiro mandato. É professor de educação física e pertence a uma família tradicional da política acreana. Está entre os campeões da Câmara na troca de partidos: já passou pelo extinto PDS, PMDB, PSC, voltou ao PDS, foi para o PPR, PPB e hoje está no PFL. Costuma votar de acordo com os interesses dos governos, seja federal ou estadual. Esteve envolvido em escândalo do repasse de verbas da extinta LBA, quando teve de fechar a entidade assistencial mantida por ele.

Chicão Brígido (PMDB)

Eleito em 1994 pela coligação PDT, PSDB e PMDB para seu primeiro mandato, com 11.636 votos, foi o segundo deputado mais votado em todo o Estado, após ter feito uma campanha com poucos recursos. É dono de uma farmácia, foi vereador e é considerado uma figura em ascensão na política local. Já manifestou intenção de candidatar-se ao governo nas próximas eleições. Foi eleito vice-prefeito no ano passado, na chapa do prefeito Moury Sérgio. Está licenciado da Câmara para ocupar também o cargo de secretário municipal de Representação Política e Cidadania de Rio Branco. É da ala esquerda do PMDB, sempre votou contra o governo, a não ser na reeleição.



Zila Bezerra (PFL)

Funcionária licenciada do Itamaraty, foi eleita com 7.422 votos pela coligação PMDB, PSDB, PDT. Está em seu segundo mandato e é casada com o ex-senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC), que atualmente é prefeito de Cruzeiro do Sul. Os dois estiveram envolvidos em um escândalo de desvio de material escolar para Cruzeiro do Sul. O casal fundou uma entidade fantasma, uma organização não governamental de apoio à Amazônia, que funcionou num prédio do Senado e foi expulsa do local há dois anos. Zila foi eleita pelo PMDB e transferiu-se para o PFL junto com Osmir Lima, por influência do governador Orleir Cameli (sem partido).

João Maia (PFL)

Está em seu terceiro mandato. Foi eleito em 1994 com 7.583 votos pela coligação PPR-PP. É ruralista e são seus projetos que criam extensões das Zonas Francas em Brasília e Assis Brasil (AC). Iniciou a carreira no PT (foi fundador do partido por quem trabalhou de 80 a 83 e foi diretor-geral da legenda em Rio Branco) e chegou a militar ao lado de Chico Mendes. Foi para o PMDB, migrou para o PP, por onde se elegeu em 1994, depois para o PPR, PSDB e hoje está no PFL.



Osmir Lima (PFL)

Concorreu pela coligação PMDB, PSDB e PDT, mas elegeu-se apenas como primeiro suplente pelo PMDB, com 4.585 votos. Assumiu o cargo de deputado federal no ano passado, em função do afastamento do deputado Francisco Diógenes (PMDB). É funcionário do Banco do Brasil e já foi deputado constituinte pelo PMDB, quando militava na ala esquerda do partido. Acabou aderindo ao PFL e foi chefe do Gabinete Civil do governador Orleir Cameli antes de assumir a vaga na Câmara, quando enfrentou denúncia da Procuradoria da República e do Tribunal de Contas do Estado de que teria comandado o pagamento a deputados estaduais em troca de sustentação ao governador na Assembleia.

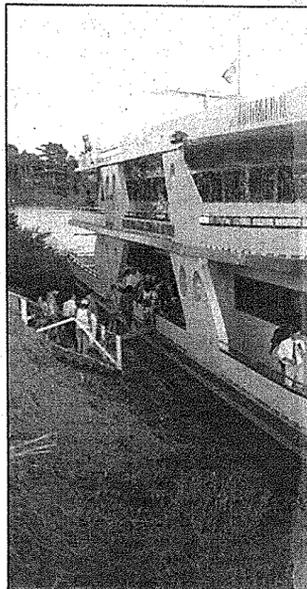
*Obs.: Os deputados foram expulsos do partido após a divulgação do escândalo.

Por coincidência, foi nessa cidade que Cameli começou sua carreira política, fazendo campanha com o respaldo direto de Amazonino. Na hora de pagar aos deputados, o governador do Acre usou cheques de sua empreiteira,

substituídos no dia seguinte por dinheiro vivo, fornecido por Amazonino: — O Amazonino marcou dinheiro para dar R\$ 200 (mil) pra mim, R\$ 200 pro João Maia, R\$ 200 pra Zila e R\$ 200 pro Osmir — conta Ronivon na

gravação que a Câmara vai usar para justificar e denunciar os governadores à Justiça e às Assembleias Legislativas dos Estados.

Colaboração Kátia Brasil



Dono de quatro CPFs, Cameli está na mira da Justiça

Atividades do governador do Acre resultaram num dossiê de 500 páginas

EDSON LUIZ
Enviado Especial

RIO BRANCO — A denúncia do envolvimento do governador do Acre na distribuição de dinheiro para deputados não é a primeira feita contra Orleir Cameli (sem partido). De empresário, Cameli tornou-se político há pouco tempo, mas a lista de acusações de irregularidades a ele atribuídas é longa e antiga. Além de possuir quatro CPFs, o governador é suspeito de inúmeras fraudes contra a administração estadual. Tudo isso é contado detalhadamente em um dossiê de 500 páginas deixado no Acre pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza, que iniciou as investigações contra Cameli.

A mais recente acusação contra o governador é a de ter beneficiado a própria família ao comprar para o Estado uma balsa-hospital. A balsa teria sido construída nos estaleiros de Eládio Cameli, irmão de Orleir, e projetado por James Cameli, seu filho. Hoje, ela está no Rio Envira, em Feijó, onde vai ficar até outubro, quando as chuvas comecem na região e enchem os rios. Antes, Cameli tinha sido denunciado pelo procurador por ter cedido máquinas da Marmud Cameli — empresa da família — para outras empreiteiras realizarem obras de pavimentação da BR-364, que liga Tarauacá a Cruzeiro do Sul, município do governador.

Semi-analfabeto até a adolescência, Orleir Cameli se transformou em um grande empresário, o primeiro do Acre a comprar um boeing cargueiro 727-200. O avião foi apreendido em São Paulo transportando peças contrabandeadas. Aí começaram as dores de cabeça de Cameli, que já tinha tido o problema com a Justiça antes de ingressar na política. Ele foi indiciado por exploração de mão-de-obra escrava em seus seringais.

As denúncias contra Cameli começaram dez meses depois de ele assumir o governo, em 1995. Hoje, elas estão distribuídas no Ministério Público e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A tentativa de tirá-lo do cargo sempre foi em vão. Um processo de impeachment chegou a ser aberto na Assembleia Legislativa do Estado, mas Cameli pôde contar com os votos de 16 dos 24 deputados, alguns suspeitos de receberem salários extras.

O sonho de Cameli é deixar o governo depois de concluir a pavimentação das BRs 317 e 364, as duas estradas para onde o governo federal tem mandado dinheiro. Se fizer isso, terá conseguido uma proeza perseguida sem sucesso por todos os seus antecessores. Essas rodovias interligam todos os municípios do Estado. Uma parte das obras foi iniciada por Cameli ainda antes das denúncias de que teria comprado votos de cinco deputados para que ajudassem a aprovar, na Câmara, a emenda da reeleição.

OESP
18/5/97 cont.
19

DO FAVORECIMENTO



Edison Caetano/AE

A balsa-hospital fabricada pela empresa da família e vendida ao Estado: mais um caso na imensa lista de irregularidades contra dirigente do Acre

Jornal liga FH a gravações

"A Gazeta", de Rio Branco, diz que "senhor X" pode ter conversado com presidente

RIO BRANCO — O jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, noticiou ontem que um funcionário do "senhor X", o responsável pelas gravações em que deputados discutem a venda de votos a favor da emenda da reeleição, havia dito que este pode ter gravado conversa com o presidente Fernando

Henrique Cardoso durante uma audiência.

Segundo o jornal, o "senhor X" teria conversado com o presidente sobre questões fiscais envolvendo suas empresas e sobre a emenda da reeleição. As afirmações coincidem com as suspeitas de que o "senhor X" seria o ex-deputado Narciso Mendes. Suas empresas estão com dívidas na Receita Federal. A assessoria de imprensa do Palácio do Planalto disse ontem que não tinha condições de avaliar a reportagem.

Uma longa e recheada lista de escândalos

Políticos da Região Amazônica têm poder, mas muitos estão sob investigação

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A lista de escândalos que envolvem deputados e senadores da região amazônica possui muito mais casos, além da venda de votos, como foi denunciado sobre cinco parlamentares do Acre, que teriam recebido R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição. Constantemente, algum político da região é notícia em casos de tráfico de influência, de drogas, corrupção, suborno, enriquecimento ilícito, sonegação de impostos, espionagem, desvio de verbas e até assassinatos.

Trata-se de uma bancada poderosa, embora numericamente seja menor do que as oposições na Câmara e um pouco maior no Senado. São 83 deputados e 24 senadores de 8 Estados, o que significa pouco mais de 16% do total da Câmara e 29% do Senado. Mas o poder desta bancada está nos nomes dos políticos e na rápida capacidade de mobilização, muito superior à do Nordeste, com a qual concorre na caça a incentivos fiscais e subsídios e costuma vencer.

Personalidades — Entre os nomes que pertencem à bancada amazônica e à elite do poder estão, por exemplo, o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), o senador José Sarney (PMDB-AP), o secretário-geral do PSDB, Arthur Virgílio Netto (AM), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e da CPI dos Títulos Públi-

cos, Bernardo Cabral (PFL-AM). Foi Cabral que impôs incentivos fiscais até o ano de 2013 para a Zona Franca de Manaus, na Constituição.

Outro político poderoso e polêmico da região é o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Riquíssimo, e sob os quais sempre são levantadas perguntas sobre a forma como conseguiu acumular em pouco tempo cerca de R\$ 500 milhões, Miranda construiu o seu patrimônio na Zona Franca, na base da comercialização de cotas de importação.

Miranda tem a capacidade de atrair fortuna e escândalos. É dele a mais estranha mudança de posição de um político nos últimos anos. Depois de dar parecer favorável ao empréstimo de cerca de US\$ 1,4 bilhão para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), mudou radicalmente de posição e passou a atacar o projeto para a Amazônia.

Fala-se muito sobre os reais motivos que teriam levado Miranda a ser o relator dos pedidos de autorização para emissão de títulos destinados ao pagamento de dívidas julgadas — os precatórios — para o Estado e a Prefeitura de São Paulo. Somadas, as autorizações passam dos R\$ 1,5 bilhão. No dia 21, Miranda terá de explicar ao plenário da CPI dos Títulos Públicos porque emitiu pareceres favoráveis à emissão dos papéis.

Os escândalos na região somam-se um atrás do outro. Contra o ex-senador Olavo Pires (RO) havia

suspeita de tráfico de drogas. Em 1990, Pires foi assassinado, logo depois de vencer o primeiro turno da eleição para governo de Rondônia. Nunca se chegou aos culpados. Logo depois, o então prefeito de Ariquemes, Ernandes Amorim, foi acusado de tráfico de drogas e de minério. Amorim foi eleito para o Senado em 1994, cumpre o mandato e os inquéritos policiais que o investigavam foram paralisados.

O governador do Acre, Orleir Cameli (sem partido), responde aos mais diversos inquéritos policiais e há diversos processos contra ele em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Contra Cameli, pesam até denúncias de tráfico de equipamentos eletrônicos em avião particular. O governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), é suspeito de enriquecimento ilícito e de ter feito um caixinha para suas campanhas durante as campanhas em conjunto com Paulo Cesar Farias, o PC.

A renúncia fiscal em benefício da Zona Franca de Manaus é de cerca de R\$ 4 bilhões, de acordo com os cálculos do Ministério do Planejamento. O governo às vezes tenta acabar com ela, mas não consegue, porque potenciais aliados do Norte são todos defensores do empreendimento. O senador José Sarney, por exemplo, transformou Macapá, capital do Amapá, em uma bem-sucedida sucursal da Zona Franca de Manaus, com mais de 300 lojas. Os políticos de Rondônia levaram uma extensão dela para Ji-Paraná.

Os deputados do Acre lutam pa-

ra que uma lei, aprovada há quatro anos, encerre a luta deles para implantar zonas de livre comércio em Brasília e Assis Brasil. A deputada Zila Bezerra (PFL-AC) negou as acusações de que teria recebido R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição. Mas declarou, sem nenhum constrangimento, que ameaçou o governo para obter uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. "Exigi que o governo cumprisse a lei de instalação das zonas de livre comércio nas cidades do Acre", afirma Zila Bezerra.

Cassação — Em 1993, a Câmara cassou o mandato do deputado Nobel Moura, de Rondônia. Ele foi julgado e condenado por ter sido o caixa da cooptação de deputados para o PSD. Moura responderá a processo por falta de decoro por ter dado um murro no rosto da deputada Raquel Cândido. E Raquel, que apanhou por ter acusado Nobel Moura de prática de "lenocínio" (prostituição), foi cassada em 1994 por desvio de quase US\$ 1 milhão de verbas de subvenções sociais para o Instituto Eva Cândido, que pertence a ela.

Sempre há senadores ou deputados da Região Amazônica nas posições mais destacadas. No ano passado, o Senado era presidido por José Sarney e a Comissão do Orçamento estava sob direção do filho dele, o deputado Sarney Filho (PFL-MA). A Comissão de Economia, Indústria e Comércio era dirigida pelo deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), hoje tido como um dos principais nomes na busca dos votos pela reeleição. Pauderney não esconde o fato de ter corrido atrás dos votos, mas nega ter oferecido dinheiro para o aliciamento.

BANCADA
SOMA 16% DA
CÂMARA E 29%
DO SENADO